

PROFESSOR DE GEOGRAFIA

Nome do(a) Candidato(a): _____

Nº de Inscrição: _____

Assinatura

PROVA TIPO 2 – CAPA BRANCA

MARQUE O TIPO DE PROVA ACIMA NO SEU CARTÃO RESPOSTA.
MARCAÇÃO INCORRETA OU NÃO MARCAÇÃO DO TIPO DE PROVA NO
CARTÃO RESPOSTA, SÃO DE INTEIRA RESPONSABILIDADE DO CANDIDATO,
IMPLICANDO NA SUA **ELIMINAÇÃO**.

INSTRUÇÕES AO CANDIDATO

1. Confira se, além desta **PROVA**, você recebeu o seu **CARTÃO RESPOSTA**, destinado à marcação das respostas das questões.
2. Confira se o seu número de inscrição, nome e data de nascimento constam no seu **CARTÃO RESPOSTA**. Em caso de erros comunique imediatamente ao fiscal de sala, para que este proceda o registro na Ata de Sala, que deverá ser assinada por você, ao lado da modificação.
3. Somente em caso de urgência peça ao fiscal para ir ao banheiro, sempre acompanhado do fiscal itinerante, **devendo, no percurso, permanecer absolutamente calado**, podendo, nesse momento, sofrer revista com detectores de metais. Ao término da sua prova, você não poderá mais utilizar o banheiro.
4. É obrigatório que você preencha e assine o cabeçalho desta prova, assine a **LISTA DE PRESENÇA** e o **CARTÃO RESPOSTA**, do mesmo modo como está assinado no seu documento de identificação.
5. Você deverá permanecer, obrigatoriamente, no local de realização da sua prova, por, no mínimo, 01 (uma) hora após o seu início, e somente poderá retirar-se levando sua prova, nos últimos 60 (sessenta) minutos do horário determinado para o término da prova.
6. A maneira correta de marcar as respostas no **CARTÃO RESPOSTA** encontra-se como exemplo no próprio cartão, e deverá ser feita somente com caneta esferográfica de tinta preta ou azul.
7. Em hipótese alguma haverá substituição do **CARTÃO RESPOSTA** por erro do candidato. A substituição só será autorizada se for constatada falha de impressão.
8. Os **três últimos candidatos deverão permanecer em sala** aguardando até que todos concluem a prova para assinarem a ata de sala e saírem conjuntamente.
9. O **saco plástico recebido para guarda do material** deverá, **obrigatoriamente**, ser colocado embaixo de sua carteira. O **descumprimento** dessa medida, assim como de outras constantes no Edital do Concurso Público e nesta capa de prova, **implicará na sua eliminação**, constituindo tentativa de fraude.

Boa Prova!

CÓPIA

Leia atentamente o texto a seguir para responder às questões de 01 a 10.

Guiné-Bissau promoverá acordo sobre meio ambiente e direitos humanos

1 A Comissão Econômica da ONU para a Europa, Unece, elogiou a
2 Guiné-Bissau pela adesão ao Acordo sobre o Ambiente e Direitos
3 Humanos.

4 A medida torna o país o primeiro fora da região europeia a assinar
5 uma convenção sobre a participação das comunidades na tomada de
6 decisões ambientais.

7 O Acordo sobre Acesso à Informação, Justiça Ambiental e
8 Participação Pública na Tomada de Decisões entrou em vigor em 2001 na
9 cidade Dinamarquesa de Aarhus, que deu nome a Convenção, foi
10 ratificada em 2005 e promulgada em 2010. O depósito dos instrumentos
11 de adesão ocorreu a 4 de abril e entra em vigor em 90 dias.

12 Falando aos jornalistas, o ministro guineense do Ambiente e da
13 Biodiversidade destacou que o quadro legal do país não tipifica de forma
14 clara os crimes ambientais. Viriato Soares Cassama disse que os
15 próximos passos incluem a transposição do Acordo no ordenamento
16 jurídico nacional.

17 “O país precisa transpor a convenção no ordenamento jurídico
18 nacional, criar uma lei de ação popular sobre o acesso à informação. O
19 público deve participar na tomada de decisões sobre o ambiente e ter
20 acesso à justiça ambiental.”

21 Para a Comissão da ONU, o passo abre novas oportunidades para
22 fortalecer a democracia ambiental no país, compartilhar a experiência com
23 outros países e encorajar nações de todas as regiões a aceitar a
24 Convenção de Aarhus.

25 O texto reconhece a obrigação para com as gerações futuras, o
26 direito de as pessoas viverem num ambiente que garanta sua saúde e
27 bem-estar e oferece aos cidadãos o direito de participar no processo de
28 tomada de decisões ambientais.

29 Para a ONU, a transparência, participação pública efetiva e
30 inclusiva e acesso à justiça são pilares para toda a Agenda 2030 do
31 Desenvolvimento Sustentável e são essenciais para a ação climática e a
32 proteção da biodiversidade.

33 A Guiné-Bissau quer aproveitar a convenção para lutar contra as
34 alterações climáticas, promover a biodiversidade, proteger, conservar e
35 salvaguardar o meio ambiente. Permitir a participação pública na tomada
36 de decisões e o acesso das pessoas à justiça em caso de violação dos
37 seus direitos ambientais.

38 O Conselho de Ministros já veio ao público no comunicado desta
39 quinta-feira recomendar o Ministro do Ambiente a promover diligências
40 necessárias com vista à implementação da Convenção de Aarhus.

41 O país, rico em recursos naturais e em biodiversidade costeira,
42 marinha e terrestre, é um dos mais vulneráveis às mudanças climáticas.
43 As consequências são o aumento da salinização e inundações nas
44 regiões costeiras, problemas na agricultura, escassez de água potável e
45 destruição de infraestrutura e ecossistemas.

- 01** O acento indicativo da crase deixou de ser empregado em
- (A) *A medida torna o país o primeiro fora da região europeia a assinar uma convenção sobre a participação das comunidades na tomada de decisões ambientais.* (linhas 4 a 6)
 - (B) *O Acordo sobre Acesso à Informação, Justiça Ambiental e Participação Pública na Tomada de Decisões entrou em vigor em 2001 na cidade Dinamarquesa de Aarhus, que deu nome a Convenção, foi ratificada em 2005 e promulgada em 2010.* (linhas 7 a 10)
 - (C) *O depósito dos instrumentos de adesão ocorreu a 4 de abril e entra em vigor em 90 dias.* (linhas 10 e 11)
 - (D) *A Guiné-Bissau quer aproveitar a convenção para lutar contra as alterações climáticas, promover a biodiversidade, proteger, conservar e salvaguardar o meio ambiente.* (linhas 33 a 35)

02 No quinto parágrafo, as aspas foram empregadas para expressar

- (A) ênfase.
- (B) ironia.
- (C) linguagem coloquial.
- (D) discurso direto.

03 Em *Para a ONU, a transparência, participação pública efetiva e inclusiva e acesso à justiça são pilares para toda a Agenda 2030 do Desenvolvimento Sustentável e são essenciais para a ação climática e a proteção da biodiversidade* (linhas 29 a 32), o termo *pilares* é sinônimo de

- (A) auxílios.
- (B) fundamentos.
- (C) requisitos.
- (D) indicadores.

04 A palavra sublinhada é pronome em

- (A) *A Comissão Econômica da ONU para a Europa, Unesco, elogiou a Guiné-Bissau pela adesão ao Acordo sobre o Ambiente e Direitos Humanos.* (linhas 1 a 3)
- (B) *A medida torna o país o primeiro fora da região europeia a assinar uma convenção sobre a participação das comunidades na tomada de decisões ambientais* (linhas 4 a 6).
- (C) *Viriato Soares Cassama disse que os próximos passos incluem a transposição do Acordo no ordenamento jurídico nacional* (linhas 14 a 16).
- (D) *O texto reconhece a obrigação para com as gerações futuras, o direito de as pessoas viverem num ambiente que garanta sua saúde e bem-estar e oferece aos cidadãos o direito de participar no processo de tomada de decisões ambientais* (linhas 25 a 28).

05 O texto **Guiné-Bissau promoverá acordo sobre meio ambiente e direitos humanos** é, predominantemente,

- (A) injuntivo.
- (B) descritivo.
- (C) expositivo.
- (D) narrativo.

06 De acordo com o texto,

- (A) a adesão da Guiné-Bissau ao Acordo sobre o Ambiente e Direitos Humanos é tardia, embora positiva.
- (B) somente países europeus são signatários de convenções sobre a tomada de decisões ambientais.
- (C) a Guiné-Bissau tem uma política satisfatoriamente regulamentada sobre crimes ambientais.
- (D) o ordenamento jurídico da Guiné-Bissau inclui uma justiça ambiental acessível aos seus cidadãos.

07 A Unesco considera que a decisão da Guiné-Bissau pode

- (A) fortalecer a ação climática mundial e a proteção da biodiversidade em todos os continentes.
- (B) promover diligências que visem à implementação da Convenção de Aarhus na África.
- (C) fomentar recursos e para a biodiversidade costeira, marinha e terrestre do país africano.
- (D) estimular outros países a aderir ao Acordo sobre o Ambiente e Direitos Humanos.

08 Sobre o enunciado *Falando aos jornalistas, o ministro guineense do Ambiente e da Biodiversidade destacou que o quadro legal do país não tipifica de forma clara os crimes ambientais* (linhas 12 a 14) é correto afirmar que, para o ministro, na Guiné-Bissau, crimes ambientais

- (A) não são devidamente punidos.
- (B) praticamente não são cometidos.
- (C) são exemplarmente punidos.
- (D) carecem de punição.

09 Em *O texto reconhece a obrigação para com as gerações futuras, o direito de as pessoas viverem num ambiente que garanta sua saúde e bem-estar e oferece aos cidadãos o direito de participar no processo de tomada de decisões ambientais* (linhas 25 a 28), a expressão *O texto* se refere

- (A) à Convenção de Aarhus.
- (B) ao ordenamento jurídico da Guiné-Bissau.
- (C) ao discurso do ministro guineense do Ambiente e da Biodiversidade.
- (D) à Constituição da Guiné-Bissau.

10 Uma vírgula poderia substituir o ponto que separa os enunciados

(A) *O Acordo sobre Acesso à Informação, Justiça Ambiental e Participação Pública na Tomada de Decisões entrou em vigor em 2001 na cidade Dinamarquesa de Aarhus que deu nome a Convenção, foi ratificada em 2005 e promulgada em 2010. O depósito dos instrumentos de adesão ocorreu a 4 de abril e entra em vigor em 90 dias.* (linhas 7 a 11)

(B) *Falando aos jornalistas, o ministro guineense do Ambiente e da Biodiversidade destacou que o quadro legal do país não tipifica de forma clara os crimes ambientais. Viriato Soares Cassama disse que os próximos passos incluem a transposição do Acordo no ordenamento jurídico nacional.* (linhas 12 a 16)

(C) *A Guiné-Bissau quer aproveitar a convenção para lutar contra as alterações climáticas, promover a biodiversidade, proteger, conservar e salvaguardar o meio ambiente. Permitir a participação pública na tomada de decisões e o acesso das pessoas à justiça em caso de violação dos seus direitos ambientais.* (linhas 33 a 37)

(D) *O país, rico em recursos naturais e em biodiversidade costeira, marinha e terrestre, é um dos mais vulneráveis às mudanças climáticas. As consequências são o aumento da salinização e inundações nas regiões costeiras, problemas na agricultura, escassez de água potável e destruição de infraestruturas e ecossistemas.* (linhas 41 a 45)

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

11 Nos termos do artigo 40, inciso II, da Lei Orgânica do Município de Bagre, a iniciativa dos projetos de lei que disponham sobre estabilidade compete

- (A) previamente ao Prefeito.
- (B) legalmente à Secretaria de Administração.
- (C) privativamente ao Secretário de Finanças.
- (D) à Câmara de Vereadores do Município.

12 De acordo com a Lei Nº 5, de 8 de novembro de 2005, que dispõe sobre o estatuto e o plano de carreira e remuneração dos servidores do magistério público do Município de Bagre, um dos princípios gerais constantes da Carreira do Magistério (Título IV) é

(A) o plano de Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal, que tem como fim viabilizar a integração do interesse pessoal aos objetivos do Projeto Pedagógico do órgão executor da Política Educacional do Sistema de Ensino.

(B) o Magistério Público Municipal, composto pelo corpo de profissionais que exercem atividades de docência, suporte pedagógico, gestão financeira e contábil na rede escolar nos diferentes níveis de ensino.

(C) propiciar aos servidores do Magistério Público Municipal o auto-aperfeiçoamento profissional, incentivando a criatividade, premiando a competência técnica e motivando para o comprometimento destes com os resultados do ensino.

(D) a estruturação do Magistério Público Municipal, que visa fundamentalmente à absorção dos saberes e à assimilação das habilidades e competências do servidor pelo Poder Público, a serviço do desenvolvimento da educação municipal.

13 De acordo com o artigo 15 da Lei 83/2013, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Bagre, a aceitação expressa de atribuições, deveres e responsabilidades inerentes aos cargos públicos, com o compromisso de bem servir, formalizada com a assinatura de termo pela autoridade competente e pelo nomeado, denomina-se

(A) exercício.

(B) posse.

(C) função.

(D) encargo.

14 Um dos deveres do servidor determinado no artigo 108 da Lei 83 de 30 de maio de 2013, que trata do Regime Jurídico Único dos Servidores de Bagre, é

(A) corroborar atos de ilegalidade ou abuso de poder.

(B) promover campanha de filiação a entidades representativas da categoria.

(C) omitir declaração de bens e rendas nos termos da legislação.

(D) guardar sigilo sobre assuntos da repartição.

15 A Lei Orgânica do Município de Bagre, nos termos dos seus artigos 87 e 88, no que se refere aos princípios da administração municipal, determina o seguinte:

(A) da publicidade de atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos ou entidades municipais devem constar imagens que caracterizem promoção de autoridades.

(B) a publicação de leis e atos municipais será feita, prioritariamente, em órgão de divulgação sonora.

(C) a publicação dos atos não normativos poderá ser resumida.

(D) os atos de efeitos externos deverão produzir efeitos antes de sua publicação.

LEGISLAÇÃO PEDAGÓGICA

16 A execução do Plano Estadual de Educação do Pará e o cumprimento de suas metas serão objetos de monitoramento contínuo realizado

(A) bianualmente pelas seguintes instâncias: Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, Conselho Estadual de Educação – CEE, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME e Fórum Estadual de Educação - FEE.

(B) pelo menos anualmente pelas seguintes instâncias: Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, Conselho Estadual de Educação – CEE e Comissão de Educação, Cultura e Saúde da Assembleia Legislativa do Estado do Pará e Fórum Estadual de Educação - FEE.

(C) pelo menos de 5 em 5 anos pelas seguintes instâncias: Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, Fórum Social e Permanente de Educação – FORUMPED e UNDIME – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação e Conselho Estadual de Educação - CEE.

(D) semestralmente pelas seguintes instâncias: Secretaria de Estado de Educação – SEDUC, Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Pará – SINTEPP e Conselho Estadual de Educação – CEE.

17 De acordo com a Lei 11.645/08, os conteúdos referentes à história e à cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de

- (A) língua portuguesa e literatura.
- (B) matemática e língua portuguesa.
- (C) artes e cidadania.
- (D) educação artística e de literatura e história brasileiras.

18 Constitui princípio de ensino, de acordo com a carta Magna de 1988,

- (A) liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento pedagógico e a ciência ocidental oficial.
- (B) pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino.
- (C) piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de leis municipais.
- (D) garantia do direito à educação e ao ensino, de forma prioritária, ao longo da educação básica regular.

19 A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, quando determina sobre a Educação Profissional e Técnica de nível médio, define como dimensão primeira deste nível de escolaridade

- (A) a inserção qualificada no mercado de trabalho.
- (B) a aprovação em exames nacionais.
- (C) o ingresso na universidade.
- (D) a formação geral.

20 De acordo com o artigo 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, as finalidades da educação são de tríplex natureza:

- (A) o pleno desenvolvimento do educando, o seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.
- (B) a premissa do aprender a aprender, o empreendedorismo individual e social e o exercício da cultura democrática.
- (C) a pluralidade de existência de ideais de vida e de sociedade, a diversidade sociocultural e a preparação para o mercado de trabalho.
- (D) o pleno desenvolvimento do educador e do educando, o empreendedorismo social e o exercício da cultura dos direitos humanos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21 A Lei Federal n.º 13.415, que trata da reforma do Ensino Médio, última etapa da educação básica, foi sancionada em 16 de fevereiro de 2017. Nela, criam-se os itinerários formativos, por meio dos quais muitas disciplinas do antigo desenho curricular perdem a obrigatoriedade, a exemplo da Geografia Escolar. No que diz respeito ao ensino de Geografia, é correto afirmar que as críticas a essa não obrigatoriedade se deve ao seguinte:

- (A) o estudo espacial é irrelevante para a formação integral dos alunos, pois os aspectos físicos, econômicos e socioambientais pouco interferem no processo de compreensão do mundo, portanto os alunos podem construir seus projetos de vida sem ele.
- (B) para reconhecer a espacialidade dos fenômenos, conhecer o mundo e compreender a sociedade a partir da análise espacial do lugar em que vivem, basta os alunos lerem e decorarem livros didáticos, pois os estudos geográficos em nada interferem na construção da cidadania deles.
- (C) o domínio de conceitos geográficos é fundamental para a construção da cidadania, pois é por meio da interação dos saberes científicos com os saberes do cotidiano que os alunos se compreendem enquanto agentes produtores do espaço em seus lugares de vivência e, a partir daí, compreendem a organização socioespacial do mundo.
- (D) os conteúdos geográficos são importantes para a leitura e a compreensão da produção do espaço, haja vista que sua materialidade se manifesta no território. No entanto, podem ser ministrados nos itinerários formativos por qualquer pessoa que possua notório saber, pois basta decorar os conceitos que fundamentam essa compreensão do mundo.

Leia o texto abaixo e, a partir da contextualização abordada nele, responda às questões 22 e 23.

“A desconcentração industrial decorreu da estratégia do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) e da prolongada crise econômica que afetou significativamente as regiões com maior desenvolvimento industrial. Com a ruptura do padrão de financiamento no final dos anos 70 e com a progressiva crise fiscal, ocorreu um colapso do planejamento econômico nacional em todos os níveis, reduzindo a capacidade da União de articular as esferas subnacionais de governo”.

(BERNAL, M. C. C., A nova configuração territorial do Nordeste: desigualdade e fragmentação. IN: Cadernos do Logepa - vol. 4, n. 1, p.26-38, 2005)

22 Acerca dos impactos do processo de desconcentração industrial no Brasil é correto afirmar que **(A)** o fortalecimento da integração das regiões com o exterior, em detrimento das articulações de caráter nacional, dificultou a fragmentação de regiões tradicionais e a produção de novos espaços geográficos, daí a redução na criação de novos estados e municípios, principalmente no decorrer dos anos de 1980.

(B) as regiões e os estados menos industrializados passaram a se articular com a região e o estado mais industrializado por meio da especialização de suas economias e da oferta de vantagens locacionais como atrativos para instalação de indústrias nessas áreas.

(C) houve um maior isolamento dos mercados das regiões Sul e Sudeste em relação aos mercados das demais regiões do país, devido à enorme crise fiscal instalada, que dificultou a descentralização industrial.

(D) ocorreu a descentralização de recursos fiscais em favor dos estados e municípios, devido à maior capacidade de o Estado articular suas esferas de governo.

23 Nos últimos anos, a região Nordeste vem passando por grandes mudanças em sua configuração socioespacial, devido a transformações ocorridas tanto no Brasil quanto na economia mundial. Sobre essas transformações é correto afirmar que

(A) os estados promovem a flexibilização do trabalho, criando novas formas de emprego, a exemplo das cooperativas de trabalho, que garantem maiores salários e direitos trabalhistas sem a necessidade de existência dos sindicatos.

(B) a nova configuração territorial favoreceu a expansão urbana e o processo de metropolização de capitais nordestinas, o que eliminou as desigualdades sociais, a exclusão e a pobreza, heranças do padrão de desenvolvimento adotado no país.

(C) alguns estados do Nordeste tiveram um recrudescimento econômico enquanto outros aumentaram suas arrecadações, a exemplo do Ceará, da Paraíba e da Bahia, o que não foi suficiente para evitar o êxodo rural-urbano e os impactos negativos sobre o mercado de trabalho e o aumento das favelas nas capitais.

(D) os estados do Nordeste passam a receber capitais provenientes de antigas áreas industriais que se deslocam para essas áreas periféricas, em função da mão-de-obra barata e qualificada, pelo forte sindicalismo que garantem todos os direitos dos trabalhadores, pelos baixos incentivos fiscais e pouca infraestrutura oferecidos pelos governos.

Leia o texto abaixo para responder às questões 24 e 25.

“O município de Barcarena possui sua dinâmica de exportação ligada diretamente às indústrias minero-metalúrgicas, vinculadas ao processamento do minério alumínio [...], do minério alumina [...] e do minério caulim”.

(adaptado de SIMINERAL, 2018 *apud* GONÇALVES, D. M *et al.* Impactos socioterritoriais dos grandes empreendimentos na Amazônia oriental brasileira: o caso de Barcarena, no estado do Pará. IN: DA SILVA, C. N. *et al.* **Caminhos no Campo e na Cidade**: experiências do PRONERA no ensino, na pesquisa e na extensão. Belém-PA, GPTAUFPA, 2021).

24 O texto se refere aos empreendimentos minero-metalúrgicos implantados no município de Barcarena, a partir do processo de integração da Amazônia com o Centro-Sul. Sobre esses empreendimentos é correto afirmar que

- (A) a empresa Alumina do Norte do Brasil S.A. (Alunorte) iniciou sua operação ao mesmo tempo que a Albrás, por isto esse segundo empreendimento necessitou importar caulim para outras refinarias.
- (B) a empresa Alumínio Brasileiro S.A. (Albrás) se instalou em Marabá a partir da década de 1980, para atuar no beneficiamento do minério de alumina, e permanece no território, promovendo grandes exportações para o mercado internacional.
- (C) o projeto Trombetas, sediado no município de Oriximiná, no oeste do Estado do Pará, abastece o complexo Albrás/Hydro Alunorte do minério bauxita, que é a matéria prima para a produção do alumínio.
- (D) a empresa Imerys Rio Capim Caulim destaca-se na mineração pelo beneficiamento da bauxita extraída no Município de Ipixuna, matéria prima da produção do alumínio que é transportado, via mineroduto, para o município de Barcarena.

25 A escolha do Município de Barcarena, no Estado do Pará, para a instalação do complexo de exploração mineral, deve-se à

- (A) relativa proximidade das fontes de seus principais insumos – bauxita e energia elétrica – e à possibilidade de construção e utilização de porto que permitisse a atracação de navios de grande capacidade.
- (B) existência de água com qualidade e volume para uso da indústria, haja vista que o uso direto das águas dos rios que circundam o Município, sem a necessidade de tratamento e esgotamento, barateia o processo de produção e exportação mineral.
- (C) disponibilidade de mão de obra local qualificada, que, apesar de ser mais cara, garante um melhor aproveitamento da extração dos minérios, o que o torna mais rentável, devido à qualidade do produto.
- (D) área com baixa densidade de ocupação e ao mesmo tempo próxima ao grande centro urbano, o que viabiliza o escoamento da produção por meio de rodovias e garante maiores lucros, devido à celeridade desse processo.

Leia atentamente os trechos da **Carta dos povos da floresta à sociedade não indígena em tempos de pandemia e violências** para responder às questões de 26 a 29.

*[...] Terras invadidas
Pela força e ambição [...]*

*[...] Vivemos uma era do medo
De incertezas, desrespeito e confusão
Nossas aldeias estão vulneráveis
Novamente nossas flechas não combatem
A velocidade da munição [...].*

*[..] E veio o ano de 2020
Uma pandemia tivemos que enfrentar
As aldeias não conseguiram evitar
Que a doença entrasse matando sem parar [...].*

*Muitos ajudaram
Outros cruzavam os braços
E de longe viam a cena passar.
“Terra para “índio”?
Nem um palmo vou liberar”.
Frases de efeito pairam pelo ar*

*Terra Mãe!
Viver é pensar com equilíbrio
É ter pertencimento com o lugar
É sair da alienação
e ver que a natureza é um sujeito a
ecoar.
Respeito, direito!
Vem! Protege o teu lar.*

(Extraído de Wayna Kambeba, Márcia, **Carta dos povos da floresta à sociedade não indígena em tempos de pandemia e violências**. Resistir em tempos pandêmicos. 2022. Sens public. <https://sens-public.org/articles/1658/>) disponível em sens-public.org/articles/1658/. Acesso em 17 de maio de 2023.

26 Na última estrofe, a autora destaca um conceito chave em Geografia: *lugar*. O conceito de *lugar* utilizado no texto se aproxima da abordagem

(A) da perspectiva pós-moderna, segundo a qual o lugar é explicado pela sua relação com a totalidade, pois restringe-se a um fragmento que cede lugar ao todo, ao macro, ao empírico individual.

(B) da concepção histórico-dialética, segundo a qual o lugar se produz na conexão contraditória entre o mundial e o particular, por isso só é possível compreender o mundo moderno a partir do lugar se ele for analisado num processo mais amplo, posto que não se explica por si só e sim a partir da interrelação do local com o mundial.

(C) da Geografia Humanística, segundo a qual lugar são espaços isolados, sem articulação com o espaço global, requerendo uma análise das particularidades dos lugares, que permanecem e que podem ser explicados apenas a partir deles mesmos.

(D) da Geografia Clássica ou Tradicional, segundo a qual lugar é o espaço que se torna familiar ao indivíduo, é o espaço do vivido, do experienciado, criado a partir das relações da sociedade com a natureza, criando uma homogeneização das várias esferas da vida social e fragmentação, diferenciação e antagonismos sociais, formando espaços absolutos.

27 A autora aborda, em várias estrofes, diferentes formas de apropriação da natureza e do território indígena, o que gera conflitos de territorialidade sobre os quais é correto afirmar o seguinte:

(A) a ambição dos portugueses gerou o extermínio de muitas comunidades indígenas e a completa perda da identidade dos povos originários, que passaram a ser obrigados a viver nas cidades por serem incapazes de resistir à invasão de suas terras, pois não possuíam armas capazes de combater as munições modernas dos invasores.

(B) a vulnerabilidade das aldeias se deve às constantes ameaças e invasões dos territórios indígenas por parte de grileiros, posseiros, por meio da extração ilegal de minérios e de madeiras, o que será resolvido a partir da garantia de demarcação de suas terras.

(C) o impacto da Covid-19 nas aldeias indígenas foi muito grande devido ao descaso do governo federal e da falta de políticas públicas adequadas ao atendimento dos povos originários.

(D) para os povos originários, a natureza é fonte de vida, por isso é sagrada. Já para a sociedade capitalista, ela é fonte de lucro. No entanto, embora se apropriem de formas diferenciadas desses recursos, ambos conseguem viver harmoniosamente com a natureza.

28 A era do medo, de incertezas, desrespeito e confusão, abordada na carta, também é provocada pelo constante processo de invasão dos territórios indígenas, que tem gerado uma série de problemas socioambientais. É correto afirmar que

(A) a poluição de rios e lagos, devido à extração ilegal de minérios, prejudica a pesca e a alimentação das comunidades, que acabam ficando vulneráveis a vários tipos de doenças.

(B) o desmatamento provocado pela extração legal de madeiras para construir as moradias dos povos originários em grande número de aldeamentos exige um ritmo de extração maior do que o tempo necessário para que os domínios vegetais se reconstituam.

(C) as queimadas para criação de gado e expansão da soja invadem os territórios indígenas com vistas a aumentar a produção de alimentos para abastecer o mercado interno, devido aos hábitos da população amazônica.

(D) a degradação do solo é provocada pelo excesso de queimadas e da prática de cultivos de rodízio, implementadas pelos grandes empresários do agronegócio que se utilizam de pequenas propriedades para a produção de grãos em larga escala.

29 A carta aos não indígenas, escrita por Márcia Kambeba, pode se constituir um excelente recurso didático a ser trabalhado nas aulas de Geografia porque possibilita aos docentes desenvolver com os alunos diversas habilidades de leitura e compreensão do espaço geográfico. Sobre o tema é correto afirmar o seguinte:

- (A)** os povos originários têm a natureza como fonte de vida e por isso produzem seus espaços sem promoverem alteração a natureza.
- (B)** a compreensão de que cada sociedade, em diversos tempos históricos, se relaciona de forma diferenciada com a natureza, de acordo com seus interesses e necessidades, no processo de produção do seu espaço geográfico.
- (C)** a paisagem é a materialização das relações sociais de produção do espaço geográfico, por isso é estática, pois a natureza tem significados diferentes, divergentes e conflituosos para cada sociedade.
- (D)** ao se apropriar da natureza, cada sociedade produz seus territórios e suas territorialidades, daí as relações sociedade/natureza serem harmoniosas, gerando constante equilíbrio ambiental, ao longo dos tempos.

30 A história da produção do espaço capitalista brasileiro, ao longo dos anos, tem se constituído na destruição e desorganização do espaço indígena. A intensificação de tal processo pode ser identificado a partir do(a)

- (A)** invasão de territórios indígenas pelos portugueses, que impuseram a organização do espaço indígena em aldeamentos, levando em consideração as tradições, costumes e relações de trabalho de cada comunidade.
- (B)** implantação das capitanias hereditárias, que se constituiu na primeira forma de divisão administrativa das terras indígenas, restringindo-as à Amazônia devido à expulsão dessas comunidades de seus territórios originais.
- (C)** criação dos Estados, quando as comunidades indígenas passaram a ter reconhecidos e legitimados seus direitos, por meio da demarcação de suas terras, o que provocou descontentamento de muitos cafeicultores e gerou conflitos.
- (D)** meio técnico-científico informacional, pois o avanço da grilagem, do garimpo e extração madeiras ilegais, com uso de tecnologias modernas, tem aumentado os conflitos por terras, deixando as comunidades indígenas em situação de grande vulnerabilidade devido ao desrespeito no uso e na apropriação de seus territórios.